
Pauta: As perspectivas de arrecadação para o município de Porto Alegre em 2023

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): (10h13min) Estão abertos os trabalhos da presente reunião da Comissão de Economia, Finanças, Orçamento e do Mercosul – CEFOR. Bom dia a todos. Gostaria de agradecer a compreensão pelo meu atraso. Hoje nós teremos uma reunião temática na qual nós vamos falar sobre qual a perspectiva de arrecadação do Município, tendo em vista que nós sabemos que, muitas vezes – aqui está o secretário da Fazenda, temos a PGM também –, não compete só ao Município definir sobre arrecadação. Nós temos os entes federativos, como União e Estado e, muitas vezes, até o Judiciário que, ao delimitar em algumas ações impacta diretamente nos cofres do Município. O caso mais emblemático que nós temos maior impacto financeiro atualmente seria o ICMS do combustível, que é uma realidade. Mas aí a gente já vai para o ISS dos cartões de crédito também que têm um impacto pequeno. Nós vemos uma perspectiva que a partir de 2024 vai ser computado o ICMS em educação. Então a ideia é trazermos a Secretaria Municipal, junto com o Dr. Antônio Augusto Dávila, que é um especialista no tema, para nos trazerem um pouco mais dessa perspectiva, uma vez que nós aqui, como legisladores, depois estaremos fiscalizando, vamos buscar ajuda também com o Executivo em algumas ações. Então é importante para a gente saber como está esse panorama no horizonte da nossa cidade. Eu gostaria de agradecer o público que nos acompanha e reforçar que nós temos a presença do secretário da Fazenda, o Sr. Rodrigo Fantinel; temos também, da PGM, a secretária adjunta Cristiane Nery, e temos o especialista que é auditor aposentado da Receita Estadual, o Sr. Antônio Augusto Dávila, convidado do nosso excelentíssimo Ver. Aírto Ferronato, além de estarmos com o quórum completo aqui na CEFOR. Eu acho que a dinâmica ideal, até falo aqui para a Vice Biga Pereira, seria a ideia de cada um fazer uma explanação de 10 a 15 minutos e depois abrimos para perguntas pelos vereadores e cada pontua um pouco mais. Nós vamos primeiro passar para eles a palavra, daí a gente aprende e depois a gente faz a nossa as

colocações e perguntas. Obrigada. Passo a palavra então para o secretário Rodrigo Fantinel.

SR. RODRIGO FANTINEL: Bom dia, vereadores da Comissão, Presidente Mari Pimentel, aos colegas aqui de bancada, Cristiane, Dr. Antônio e o pessoal aqui da Fazenda que me acompanha, secretário Jonas, secretário-adjunto, Christian, superintendente da Receita Municipal, e bom dia a todos que nos prestigiam aqui. Mari, gente optou por trazer dois *slides* apenas, justamente para a gente ter mais espaço para discutir os assuntos e tal. Então a gente trouxe aqui, primeiro os tributos próprios, e aí nós estamos falando do IPTU, do ISS e do ITBI e, no gráfico, tem um comparativo do que a gente arrecadou em 2022 e do que a gente arrecadou em 2023. E vou fazer um breve comentário de cada um para a gente entender qual é o cenário, a nossa perspectiva atual para cada um dos tributos e, depois, na seguinte, a gente fala sobre as transferências constitucionais. Então iniciando pelo IPTU, é importante deixar claro que nós estamos comparando laranja com banana, porque a gente mudou a regra do IPTU. O IPTU até o ano passado tinha antecipação, então a parcela grande do IPTU entrava ainda no mês de dezembro do ano anterior. Como agora a gente está comparando janeiro e fevereiro de 2022 com janeiro e fevereiro de 2023, quando em 2023 nós não fizemos a antecipação, por óbvio que aqueles R\$ 507 milhões ali estão contaminados com essa questão de a gente ter arrecadado todo o IPTU de 2023 durante o ano de 2023 e não ter feito mais a antecipação. O que a gente tem de importante em relação ao IPTU? Primeiro, eu tenho usado uma frase que Porto Alegre, na minha percepção, já é digital. Por que eu digo isso? Porque nós migramos, saímos do IPTU que nós mandávamos as cartinhas todos os anos, com uma despesa de Correios de aproximadamente R\$ 7 milhões, para os meios digitais. E aí, obviamente, a gente está mudando uma cultura, nós imaginávamos que teríamos algumas dificuldades, e uma parcela da população ainda não tem uma familiaridade maior com os meios digitais poderia ter dificuldade. Isso ocorreu em parte, nós tivemos filas um pouco maiores nos dois primeiros dias e foram dois dias apenas. E aí acho que é um pouco de ansiedade das pessoas que foram nos primeiros dias buscar a guia, sendo que

tinham 45 dias para buscar essa guia e, obviamente, geraram filas. Mas um dado extremamente relevante é que a gente fez o seguinte: a gente toda contabilização de todas as pessoas que foram atendidas não só ali na loja da Fazenda como em todas as prefeituras nos bairros, mais o Tudo Fácil Zona Norte e apenas 3% da população foi atrás da guia em papel. Noventa e sete por cento usaram os meios digitais. Então, acho que essa transição ocorreu até de forma menos problemática do que nós imaginávamos. Claro que a gente fez todo um processo de contingência. Vocês devem ter acompanhado pela imprensa, a gente avisou muito e bateu muito nessa questão do digital, mas teoricamente funcionou.

O número em si da antecipação deste ano foi 10% acima da antecipação do ano passado; então, a perspectiva para o IPTU é que a gente arrecade em torno de R\$ 1 bilhão durante o ano, sendo que R\$ 507 milhões já foram arrecadados nos dois primeiros meses, então imaginamos que o restante da arrecadação entre nos próximos meses. Nós temos uma data que é vital para nós que é o dia de amanhã, dia 8, que é o vencimento da primeira parcela de quem vai pagar parcelado. O que acontece e por que a gente tem avisado muito a população? Ontem eu passei o dia dando entrevistas. Se as pessoas perderem essa data de amanhã, elas perdem a condição de parcelar em dez vezes sem juros – ela até pode parcelar depois o IPTU em um prazo mais dilatado, mas vai ter que pagar multa e vai ter que pagar juros. Obviamente a gente está avisando a todos para que isso não ocorra, então o dia de amanhã é um dia muito importante para fins de IPTU.

Saindo do IPTU e indo para o ISS. Aí, sim, a comparação é bem mais válida e mais coerente do que a do IPTU, porque a gente não mudou regra nenhuma. O ISS performou muito melhor nesses dois primeiros meses do que no ano passado, a gente teve um crescimento de 18% quase 19%, e só lembrando a todos que o ISS sempre arrecada num mês a competência anterior. O nosso mês mais forte de ISS é o mês de janeiro, porque a gente está arrecadando o serviço que foi consumido em dezembro, e como tem Natal, 13º salário... Por consequência, o nosso mês mais fraco de ISS é o mês de março, que está arrecadando o mês de fevereiro, e fevereiro teve carnaval, enfim, a arrecadação

de fevereiro sempre é um pouco mais baixa. Por enquanto, comparando os dois primeiros meses, ele está performando muito bem e nós temos uma tendência de alta em relação ao ano passado. Claro que o ISS depende muito da condição da economia, se a economia andar, o ISS vai andar; se a economia estagnar, o ISS vai estagnar, mas as perspectivas, neste momento, são positivas.

Em relação ao ITBI, o ITBI está praticamente estacionado. No ano passado, nos dois meses, arrecadou-se R\$ 45 milhões e agora R\$ 45,5 milhões, então o resultado é praticamente idêntico ao do ano passado, por isso as duas setinhas para cima e para baixo. A gente tem uma perspectiva de arrecadar com o ITBI mais ou menos o que a gente arrecadou no passado. O ITBI está fortemente impactado pela alta da taxa de juros, como a taxa de juros está muito alta, as pessoas não conseguem financiar os imóveis, e aí, obviamente, acabam não comprando. O que a gente verifica, se a gente explode essa arrecadação do ITBI, é que imóveis de classe A continuam sendo comercializados, porque essas pessoas não precisam de financiamento, mas imóveis mais baratos não estão sendo comercializados neste momento justamente porque as pessoas precisam de financiamento para adquirir, e a taxa de juros hoje é muito alta e inibe essas transações. Não sei se tem dúvidas, mas eu falo primeiro e depois vem as dúvidas, né?

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. RODRIGO FANTINEL: Sobre o ISS, a nossa perspectiva hoje é em torno de R\$ 1,5 bilhão; no IPTU R\$ 1 bilhão e no ITBI em torno de R\$ 300 milhões, R\$ 350 milhões.

As transferências. Aqui é um quadro que a gente faz até para dar o cenário total, mas a gente não consegue ter uma atuação muito forte nas transferências, a gente depende, obviamente, muito do Estado e do próprio governo federal. Primeiro, o Fundo de Participação dos Municípios, que é uma transferência que a gente recebe da União; a gente arrecadou, no ano passado, R\$ 487 milhões – eu botei a LOA ali só para a gente ter um uma perspectiva, mas ela é meio irrelevante nessa comparação –, e a projeção atual que nós temos para o FPM

é de R\$ 520 milhões. Esses dados são batidos com informações que a gente recebe da União, então nossa perspectiva é que a gente tenha um aumento, em relação ao ano passado, de R\$ 33 milhões ou 6,79%.

O ICMS é o principal problema; o ICMS realmente é um problema grande. A gente teve, no ano passado, uma queda significativa, a gente arrecadou R\$ 747 milhões, e a perspectiva para este ano, com os números da Secretaria da Fazenda do Estado, eles acabam no subsidiando sempre nessa análise, é de R\$ 667 milhões. Significa uma redução de R\$ 80 milhões, ou seja, 10% do que a gente arrecadou no ano passado. Qual é o problema do ICMS? O problema do ICMS é que, primeiro, a própria Secretaria da Fazenda acredita que vai arrecadar menos do que no ano anterior, então a gente perde um pouquinho ali; mas a gente perde mais um pouco quando a gente usa o índice de participação dos municípios. O que que é o índice de participação dos municípios? O quanto cada município recebe do bolo que vem para os municípios. O índice de Porto Alegre historicamente cai porque Porto Alegre deixa de ser uma cidade industrial e passa a ser uma capital de serviços. O nosso ISS cresce muito, mas a gente não vê, hoje, mais indústrias se instalando em Porto Alegre, porque o terreno em Porto Alegre é muito caro, é muito mais fácil se instalar próximo a Porto Alegre. E tem uma questão de logística, hoje se consegue escoar essa produção e não tem necessidade de pagar o preço dos terrenos de Porto Alegre. Então, cada vez mais indústrias saem da cidade e a cidade migra para o serviço. Se nós fizermos essa conta comparativa, para nós é bom, porque se ganha mais em ISS do que a gente perde no ICMS. Claro, se a gente olhar isoladamente, R\$ 80 milhões a menos, mas no ISS nós vamos ganhar R\$ 120 milhões, então, no balanço, acaba sendo positivo. Mas, sem dúvida, o ICMS nos preocupa, e R\$ 80 milhões a menos são R\$ 80 milhões a menos, significa olhar para o lado da despesa e ter que achar R\$ 80 milhões a menos de despesa. E o que a gente não quer, a gente sempre tem dito isso quando comparece aqui à Câmara, é impactar no serviço da cidade. A gente vai olhar para esses R\$ 80 milhões e tentar achar espaço em algum local que não impacte no serviço.

Por fim, o IPVA, no passado, já performou muito bem, todo mundo que tem carro sabe que a tabela FIPE deu uma esticadinha, e aí, obviamente, o IPVA, como é

calculado com base na tabela FIPE, também acaba dando uma esticada e a projeção da Secretaria da Fazenda do Estado ali, é que também tenha um incremento ali de 9% ou R\$ 32 milhões. Se nós fizermos aqui o somatório das três transferências tanto da União quanto dos estados, a gente teria uma perda de R\$ 14 milhões, que não é representativa no orçamento do Município. Tem um orçamento de R\$ 10,5 bilhões, então, perder R\$ 14 milhões... Claro que são R\$ 14 milhões, eu tenho falado muito lá internamente, na Prefeitura, que a gente não pode banalizar o que é R\$ 1 milhão, principalmente, quando a gente está falando com os demais secretários em relação a corte de despesas. Banalizar R\$ 1 milhão, dá para fazer muito com R\$ 1 milhão, eu tenho brincado assim: como a nossa vida ficaria se nós tivéssemos mais R\$ 1 milhão? Mudaria bastante, não é? Então, nas finanças públicas, o raciocínio também é o mesmo, embora a gente tenha R\$ 10 bilhões, a gente tem que cuidar de cada milhão para que isso não acabe impactando na cidade. Então, assim: R\$ 14,6 milhões nos preocupa, porque são R\$ 14,6 milhões, mas o nosso universo, nosso orçamento acaba se diluindo e, percentualmente, não é tão expressivo.

Em relação às transferências, o que eu tinha para trazer era isso, e, como eu disse, era só dois eslaides, não duas lâminas, para deixar espaço aí para a gente dialogar e fico à disposição para esclarecimento.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Primeiro lugar, bom dia a todos e todas, eu queria trazer um abraço a vocês. Quero dizer da importância da reunião que temos hoje pela manhã. Eu vou fazer, primeiro, uma colocação: amanhã é o dia de pagamento da primeira prestação do IPTU. Em não havendo o pagamento, o contribuinte, o cidadão deverão pagar mais 10% de multa e mais os juros – isso está bem comunicado ao porto-alegrense?

SR. RODRIGO FANTINEL: Ferronato, temos nos esforçados. A Elis está aqui, que é a nossa assessora de comunicação. Ontem, passamos o dia fazendo isso, comunicando. Todas as redes sociais da Prefeitura, da Secretaria da Fazenda, nós temos comunicado também, mas estamos fazendo o máximo força possível,

toda ajuda é bem-vinda, vocês têm bases importantes, se puderem ajudar nessa comunicação, a gente agradece antecipadamente.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Ótimo. E com relação a esses R\$ 80 milhões a menos de ICMS, e o índice de participação dos municípios. Eu tenho conversado com da D'Ávila, meu colega há muito tempo, que ele tem trazido ideias e cálculos sobre esses índices. E, por isso, eu o convidei para vir, propus a Presidente para que convidasse ele para participar conosco. Desde já, quero agradecer a tua presença e a presença de todos. Mas esses R\$ 80 milhões a menos, e o imposto sobre os combustíveis, não estão aí nessa projeção?

SR. RODRIGO FANTINEL: Não, na verdade, estão. O que acontece? A gente tomou o tombo maior no ano passado, este ano, vamos dizer assim, é a consequência do ano passado. Só para contextualizar, semana passada, eu fui na Secretaria da Fazenda do Estado conversar com a secretária Priscila, e o Estado está atuando, tanto no STF quanto com o Tesouro nacional, ela também é proveniente do Tesouro Nacional, ela é servidora do Tesouro Nacional. Então, o Estado está atuando e existe uma perspectiva interessante tanto para perda anterior, a perda do ano passado para o Estado foi de R\$ 5,6 bilhões, e aí 25% disso é dos municípios, então se está trabalhando junto ao governo federal para compensar esses R\$ 5,6 bilhões e se está trabalhando também para uma solução para o futuro. Uma solução para o futuro, obviamente, acaba impactando no preço dos combustíveis. Então tem que ver direitinho qual é o impacto até na inflação do País. Porque se a gente aumentar o preço de combustível, a gente sabe que, em tese, a gente aperta um pouquinho a questão inflacionária. Mas, enfim, ela diz que esse tema está em cima da mesa deles. E eu imagino, se para mim, se para a Prefeitura, R\$ 80 milhões fazem diferença, vocês imaginem R\$ 5,6 bilhões para o Estado do Rio Grande do Sul, onde, a cada R\$ 100 de ICMS, R\$ 75 são do Estado e R\$ 25 vêm para os municípios. Então, a perda deles sempre é três vezes maior do que a dos municípios.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Bom, então, esses R\$ 80 milhões de redução prevista, isso já está inserido no contexto dessa ação do governo Lula, de voltar a cobrar parcela desse valor...?

SR. RODRIGO FANTINEL: O que acontece? A ação do governo Lula atualmente, pelo menos até o momento, tem sido aumentar PIS e Cofins. Um problema, porque PIS e Confins ficam na União e não são repassados para os estados e não é repassado para os municípios. Então, assim, para nós é muito ruim, vou pagar mais cara a minha gasolina quando eu botar no meu carro, e nós não vamos receber nada aqui.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: (Manifestação fora do microfone.)

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Porque foi um dos argumentos de que, na verdade, precisava ajudar os estados e municípios. Está bem, obrigado.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): A Sra. Cristiane Nery está com a palavra.

SRA. CRISTIANE NERY: Bom dia a todos, Presidente Mari Pimentel, vereadores, secretário Rodrigo, colegas, doutor D'Ávila e quem está nos assistindo. Eu trouxe aqui uns dados porque achei interessante que a parte da arrecadação judicial da dívida ativa seja de conhecimento dos senhores e porque contribui também para essa projeção de arrecadação do Município. Então, eu trouxe alguns dados que mostram o panorama das execuções fiscais em tramitação em Porto Alegre. (Procede-se à apresentação de PowerPoint.) Nós temos ali em torno de 54 mil processos em tramitação, esses dados estão disponibilizados dessa forma porque nós ainda não temos 100% dos processos digitalizados no Tribunal de Justiça, e principalmente na 8ª Vara, que é uma vara específica para as execuções fiscais de Porto Alegre. Devemos fechar as digitalizações em 100% agora em março, então o nosso tribunal foi um dos últimos, no País, a terminar a digitalização e isso gera uma consequência um

pouco danosa para os processos, mas esse é o número, em torno de 54 mil processos na centralizada; e, na indireta, em torno de cinco mil processos de execução fiscal. Essa é uma previsão de ajuizamentos para 2023, então nós teríamos em torno de seis mil processos a serem ajuizados neste ano, na centralizada. De IPTU, são dados da Fazenda, são 4.500 mais ou menos; e os demais tributos naquela quantidade ali, de mil a 1.500 processos. Então, devemos ter em torno de 60 mil, um pouco menos, processos em tramitação que dizem respeito à execução da dívida ativa no Município de Porto Alegre. Nós temos, além das execuções fiscais, os processos relacionados ao contencioso tributário, que são as ordinárias, mandados de segurança, embargos, as cautelares – isso gira em torno de 5.600 processos. Nas execuções fiscais eu trato diretamente da arrecadação, nesses processos eu trato da recuperação ou de não deixar que recursos saiam dos cofres municipais, ou pelo menos da recuperação desses recursos, que são discutidos no contencioso. Esse é o percentual de recuperação do estoque da dívida ativa judicializada. O nosso estoque é em torno de R\$ 2 bilhões, eu acho que é isso, na dívida judicializada ainda. Nós temos esses índices de recuperação ao longo dos anos, vocês podem ver que tem uma avaliação a maior em 2015 e 2021, isso se deve aos programas de recuperação fiscal. Quando nós temos Refis e Programa de Recuperação Fiscal esse índice sobe, nós sentimos esses reflexos na por um tempo. E é um índice de recuperação de uma dívida ativa que já foi muito bem trabalhado pela Fazenda. Nós temos uma Secretaria da Fazenda e uma procuradoria que tem os melhores índices de recuperação do estoque da dívida judicializada do País e da dívida administrativa também. Então um crédito que chega para cobrança judicial é aquele crédito que já foi cobrado administrativamente, já foi protestado em alguns casos, e não houve sucesso. Então é aquele crédito que a gente diz que é uma tarefa hercúlea a gente conseguir cobrar na via judicial, e é um índice que a gente tem mantido...

SR. RODRIGO FANTINEL: Deixa só eu complementar; nós temos duas fases de cobrança, a primeira fase é a cobrança administrativa; se nós não tivermos êxito na cobrança administrativa, a gente joga isso para a cobrança judicial, que

é a última fase, até porque ela é custosa, ela é mais demorada e mais onerosa. O que acontece? Eu era, antes de ser secretário, diretor, justamente da área de arrecadação e cuidava dessa parte da cobrança de dívida ativa. Eu brincava sempre com a Cris lá, nós tratávamos do filé mignon, porque o que era fácil de cobrar a gente conseguia reverter na cobrança administrativa. Para vocês terem uma ideia, a gente revertia 33% das cobranças de IPTU. E, assim, aqueles 66% que sobravam era de gente que realmente não tinha condições de pagar ou não tinha como pagar, e aí nós tínhamos de cobrar judicialmente. Então a gente olha esse índice de recuperação aqui e pode achar que é muito baixo. Ele é muito baixo porque ele é a última etapa do processo, e eu brincava com a Cris que eu fico com o filé mignon e jogo a carne de pescoço para eles tratarem. Então, realmente, esse índice aqui, se a gente olhar ele isoladamente, ele pode passar essa percepção que é baixo, mas, se comparar com outros locais, a gente ainda tem um índice de recuperação muito alto para o judicial.

SRA. CRISTIANE NERY: E se compararmos com índices que bancos, por exemplo, já nos ofereceram, também não chega nesse percentual. Então é um percentual que é considerado bom, razoável, em comparação com as demais capitais, principalmente, e é um índice que a gente sempre busca melhorar. Um índice que a gente sempre está atrás com medidas para otimizar o processo judicial, só que um processo judicial a gente não depende só da nossa atuação. Um processo judicial depende de uma conjuntura do Judiciário, enfim, de todo um cenário aí que a gente constantemente está buscando.

Esse quadro ficou pequenininho, mas dá para vocês terem uma noção da evolução de 2014 para cá em termos numéricos, de valores, em relação à arrecadação judicial. Se pegarmos 2021, a gente tem R\$ 115 milhões só relativo à arrecadação judicial, e isso é reflexo do RecuperaPOA, com certeza, mas 2022 nós temos R\$ 57 milhões. Então vem num crescente, e vem se mantendo uma arrecadação neste patamar. Em 2023, em janeiro, a gente já tem aquele percentual, aquele valor de R\$ 4,3 milhões que está ali dentro, nos meses de janeiro, ao longo dos anos, mostrando que é um percentual razoável. Não devemos atingir o nível do ano passado por causa do RecuperaPOA, que tem

ainda reflexos, mas devemos manter um padrão de arrecadação que é o nosso mínimo estabelecido.

Essa evolução da arrecadação judicial; acho que não tem necessidade, porque são os mesmos valores que nós tínhamos colocado.

Essa é estrutura que nós temos hoje na procuradoria da área fiscal, então nós temos duas grandes equipes, uma procuradoria tributária que trata do contencioso que são aqueles 5.600 processos relativos a ordinárias, mandados de segurança, que eu referi antes; têm duas gerências, nós gerenciamos todos os precatórios e processos estratégicos relativos a tributos; gerenciamos também as dívidas não tributárias. Porto Alegre faz cobrança de dívida não tributária. Isso é algo que é importante também. Nós temos lei de processo administrativo justamente para fazer essa cobrança; a procuradoria da dívida ativa, que é responsável por todas as execuções fiscais. Então aqueles quase 60 mil processos que nós falamos lá no início e que tem um posto de atendimento de execução fiscal, que está hoje sediado dentro do Foro Central, no sétimo andar, atende contribuintes ali com dívida judicializada; uma gerência de distribuição e análise de processos iniciais e uma gerência de assuntos estratégicos, os fiscais que trabalham com processos selecionados.

Essas são as intimações eletrônicas; isso é uma questão bastante importante de salientar aqui, porque isso impacta diretamente na tramitação e na arrecadação da dívida ativa judicializada. Esse ano, nós já recebemos, ali, se vocês olharem em 2023, parcial, 11.900 intimações eletrônicas só nas execuções fiscais, isso é um terço de todo ano de 2022. Então nós tivemos um reflexo da pandemia muito ruim na tramitação dos processos judiciais, porque nós tivemos, além da suspensão da tramitação dos processos, um atraso na digitalização, e este atraso agora tende a ser recuperado nessa digitalização. Então esse volume enorme de intimações que nós estamos recebendo são volumes relativos à digitalização dos processos, não são necessariamente de movimentação processual relativa à execução em si. Então, isso pode ter um reflexo negativo na arrecadação porque a movimentação pode demorar um pouco mais. E a movimentação do processo de execução fiscal é que gera o ingresso de receita.

Então, nós temos como meta contratualizada, tanto Mepro, quanto contrato de gestão esse percentual de recuperação do estoque da dívida ativa, uma meta contratualizada da PGM. Então, o nosso desafio para 2023 é não decrescer daqueles percentuais e atingir o índice de 3% pelo menos, uma meta que a gente entende viável, mas também desafiadora, chegar na recuperação da dívida ativa.

Acho que é isso, rapidamente para mostrar o panorama na PGM aos senhores, e fico à disposição para qualquer esclarecimento.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Uma solicitação, se a Secretaria pudesse nos fornecer a lista, uma hierarquia disso, vocês podem decidir, mas, pelo menos, dos 10, 20 ou 50 maiores devedores que têm ação, tanto na parte administrativa, cobrança administrativa, quanto a cobrança judicial. É óbvio que isso também é política no sentido de pressionar empresas, por exemplo, que sejam devedoras que cumpram suas obrigações. A Prefeitura ter que chegar à execução judicial é uma coisa absurda, ter que chegar a esse ponto, porque tem toda a fase administrativa de negociação e, se tem que chegar a tal ponto de ter que entrar com ação judicial é porque está tendo um contencioso um pouco mais complicado, é importante que a Câmara conheça. Então, se vocês puderem fornecer para a Mari, e ela distribui na comissão, será útil para que a gente possa conhecer o quadro um pouco mais de perto. E, na medida do possível, ajudar a Prefeitura a garantir a cobrança desses devedores.

E quero aproveitar dois temas da nossa última reunião que eu ainda estou devendo a visita lá na Secretaria para poder conversar, afinal, o secretário vir toda semana aqui não é muito produtivo, para ele pelo menos. Eu sei que ele cumpre essa missão, mas eu quero também visitar a Secretaria para poder conversar sobre o tema da reforma tributária, do impacto dela no Município, que eu sei que tem um debate nacional sobre isso. Também tem um debate sobre a repercussão no Município, até porque o prefeito tem insistido muito nisso, e as informações que eu tenho é que Porto Alegre não terá perda, mas enfim, isso não quer dizer que não tenha que se debater o tema, ao contrário. E a questão

dos investimentos da assistência social, são dois temas que ficaram pendentes da reunião passada.

Eu quero aproveitar, nesta ocasião, para também já agregar um assunto que está relacionado com o IPTU, que talvez vocês não tenham esses dados, eu até uma vez conversei com a Aiamu sobre isso, que é o impacto... Eu tenho um dado, que eu não sei se é real, mas é um dado do jornalismo de Porto Alegre, que nós temos cerca de 38 mil imóveis desocupados na cidade, que é um negócio de espantoso. Isso foi matéria do Correio do Povo, e não foi só uma vez. Eu tenho preconizado que, se tem imóveis... pelo menos tem proprietários com muitos imóveis, se tem um imóvel, dois imóveis, mas nós sabemos casos de proprietários com cinco, seis imóveis, e todos eles não têm nenhuma função, não são postos para alugar, não têm função nenhuma. Eu acho que teria que se cobrar IPTU a mais de imóveis desse tipo, mas eu não sei se vocês têm um certo estudo disso, se tem ou não alguma relação com a Secretaria de Habitação para saber. Tem um lado social disso absurdo e tem um lado econômico, que é também a ideia de taxar quem não cumpre obrigações, ou expor quem não cumpre obrigações. A primeira pergunta que eu fiz, o meu pedido, na verdade, é com a intenção de expor quem não cumpre obrigações, que são as empresas que a prefeitura é obrigada a entrar com recuperação judicial, cobrança judicial. Então, é isso, na verdade, mais concretamente como pedido, que eu sei que que pode ser, mais ou menos, feito rápido, sem maiores problemas, essa lista dos 100 maiores, dos 10 maiores, em que pé anda também o trâmite dessas ações. Era isso. Obrigado.

SR. RODRIGO FANTINEL: Ver. Robaina, só para lhe fazer um convite também, na quinta-feira, aqui na Câmara, vai ter um painel em algum lugar, não sei exatamente onde, sobre reforma tributária. O Ver. Ramiro nos chamou lá e tal, então, vem o prefeito, eu venho, a Cris acho que também virá...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. RODRIGO FANTINEL: Então, fica o convite não só para o senhor, mas para todos os demais vereadores se quiserem acompanhar o debate, esse é um assunto que está em cima da nossa mesa todos os dias. Até ontem eu estava falando com o Sescon, com o CRC. Então, deixo o convite aí para quinta-feira. Em relação aos dados da FASC que o senhor pediu na semana passada, os dados já estão prontos. Eu vou passar para a Mari e ela compartilha com todos os vereadores daqui da CEFOR, e se quiserem passar para outros vereadores também, fiquem à vontade, porque os dados são públicos.

Em relação à lista dos devedores, a minha tese sempre é essa, acho que, quanto mais transparente for, melhor. Inclusive tem alguns estudos que dizem que as pessoas acabam pagando imposto quando elas se enxergam dentro de uma comunidade. Exemplo, num prédio lá em que só tem uma pessoa que deve IPTU, “Ah, todo mundo já pagou o IPTU, eu tenho que pagar o meu também.” Então, quanto mais a gente trabalhar com transparência em relação aos devedores, e não tem a questão do sigilo fiscal envolvida, porque quem está inscrito em dívida perde a garantia de sigilo fiscal, justamente por não ter cumprido com suas obrigações, acho que é melhor para todo mundo. A gente tem essas informações também, pode passar aqui também para a CEFOR, podem compartilhar com quem quiser, está à disposição.

SRA. CRISTIANE NERY: Em relação às ações judiciais, muitos casos que perpetuam em discussões até o STF são justamente em função de teses que têm pendência de definição no STF. A gente está vendo agora a questão da coisa julgada, toda essa polêmica que surgiu. Então tem muito planejamento tributário que é feito com base nisso. E aí a gente perpetua discussões muito grandes, os bancos são um exemplo disso e são grandes devedores.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Passo a palavra ao Sr. Antônio Augusto D’Avila, para nos passar maiores informações sobre os estudos que ele tem feito e ainda mais a experiência que ele tem no Estado.

SR. ANTONIO AUGUSTO D'AVILA: Em primeiro lugar, meus agradecimentos ao convite, e eu quero dizer que essa comissão, no meu entender, é a mais importante. As pessoas, as instituições têm dado muito pouca importância ao orçamento, mas o orçamento está na base, no nascedouro da democracia. Em 1689, com a revolução gloriosa na Inglaterra, a democracia nasceu exatamente da imposição ao rei de submeter o orçamento, a previsão das despesas e da cobrança de impostos. Então, orçamento é uma das bases da democracia.

O problema, que eu trato e essa é a minha luta, é a questão do ICMS do Município. Muito bem colocou o secretário que esse é o principal problema financeiro de Porto Alegre há muito tempo. O ICMS dos municípios, e eu quero dizer que não é uma transferência, esse nome vem dos colegas do nosso amigo Ferronato, dos contadores, é receita dos municípios, mas ele é feito em condomínio e se divide. Não é uma transferência do Estado para o Município. Os 25%, conforme está na Constituição, pertencem aos municípios. Não é uma transferência; é uma receita própria, só que em condomínio. E esses 25% são divididos de acordo com o índice de participação dos municípios, que é o ICM. Dentro desse ICM, o principal fator é o Valor Adicionado Fiscal – VAF. Esse VAF é calculado pela Secretaria da Fazenda. A Constituição diz que o VAF é o valor adicionado nas operações sujeitas ao imposto. No entanto, e esse problema remonta a 1967, quando houve a reforma tributária e o, então, IVC, imposto sobre vendas e consignações, ele era um imposto cumulativo, não era um imposto sobre o valor adicionado, que nem o ICM, e ele tinha uma alíquota baixíssima, que era 4% ou 5%. Quando veio o ICM, a alíquota veio com 15%. Então o que eles fizeram, o que o governo fez? “Isso vai dar uma grita geral, se aumentar de 4% para 15%”, então o que fizeram? Esconderam, mandaram esconder. Portanto, quando o comerciante vende a mercadoria, está escondido lá dentro o ICM e o ICMS. Então é isso que veio o chamado ICM, agora ICMS por dentro. O que as fazendas sustentaram então desde a época e continuam sustentando? Os colegas meus, colegas do Ferronato, continuam dizendo que o valor da operação é igual à base de cálculo, quando não é! Base de cálculo é uma coisa no caso do ICMS, base de cálculo é o valor da operação mais um imposto. A Constituição diz que o valor adicionado é sobre o valor das

operações, mas a secretarias das fazendas, sustentando que são iguais, em vez de calcular sobre o valor da operação, calculam sobre a base de cálculo. Mas só que a base de cálculo é muito maior do que o valor da operação, principalmente no caso de combustíveis, comunicações, quando, em alguns estados, essa alíquota chega a 35%. E nós somos culpados, em parte, desse problema. Os governadores resolvem dar isenções aqui, subsídios lá e lá, e o pessoal das fazendas dizem “não tem problema nenhum, vocês dão aumento para industrial tal, nós aumentamos o ICMS dos combustíveis”, e assim foi aumentando e agora deu esse problema todo. Deu esse problema. Mas então, com uma alíquota de 30%, a diferença entre a base de cálculo e o valor da operação é enorme, é de quase 50%, e é por isso que Triunfo nada em dinheiro e Alvorada não tem nada de dinheiro. Por que Alvorada não tem? Além de não ter indústria, não tem serviços. Então é uma injustiça, é uma agressão que as fazendas estaduais fazem com município como Alvorada. Por exemplo: em relação à média do ICMS do Estado, Alvorada recebe 19%, é o ICMS que ela recebe *per capita*; Triunfo recebe quase 500% a mais do que a média. Então, o problema é esse, é que os estados utilizam a base de cálculo para distribuir os ICMS dos municípios, e isso aí não está previsto em lei nenhuma, é uma ação, um ato ilegal das fazendas estaduais. Não está autorizado em nenhum diploma legal que a base de cálculo deva ser ou possa ser usada no cálculo do ICMS. Volto a dizer: base de cálculo, no caso do ICMS, não é igual ao valor da operação. Já teve até uma decisão do STF, que não diz respeito exatamente ao ICMS dos municípios, que diz que a base de cálculo não é igual ao valor da operação. Eu venho lutando há muito tempo nisso aí, na época do prefeito Fortunati eu tentei convencer o pessoal a fazer alguma coisa nesse sentido e não teve jeito, não tem. Já falei com prefeitos, com o atual prefeito já tive audiência, já falei aqui, falei lá, e não, sempre. Acho que não sou vendedor, esse é o meu grande problema. Não consegui vender a minha ideia. Não consegui vender a minha ideia, mas eu concordo com o secretário que esse é o principal problema. E eu digo, nós todos somos sapos fervidos, quando acontece um impacto, nós saltamos que nem sapos largados na água fervente, agora, quando as coisas vêm aos poucos, a gente vai se acostumando, vai se acostumando. O caso de ICMS é esse, vem caindo ano a

ano, vem caindo, vem caindo, e nós fomos nos acostumando. Fomos nos acostumando com essa desgraça. Se, há 20 anos... Se em 2022 fosse trazido o índice de participação do Município de Porto Alegre que, em 2002, era de 12,6%, se fosse aplicado hoje, daria uma receita de R\$ 1,3 bilhão, seriam R\$ 600 milhões a mais do que o Município recebeu no ano passado – R\$ 600 milhões. É mais do que todos os investimentos do Município, só nessa diferença, o que o Município perdeu, R\$ 600 milhões, e o que o Município vem fazendo ao longo desses 20, 30 anos? Como perde o ICMS, cobra no IPTU. O IPTU cresceu, nesses 20 anos, mais de 500%; quer dizer, o consumidor pobre de Porto Alegre já paga o ICMS e não recebe o retorno, e o que o Município fez? Ah, bom, eu não recebo lá desse bolo, cobro mais do IPTU, aumentaram 500%, e os investimentos caíram 500% também. É por isso, por essa situação trágica do nosso sistema viário com o qual estamos nos acostumando; uma pavimentação terrível, as calçadas são uma desgraça, e nós nos acostumamos, achamos isso aí natural! Mas esse é o principal problema. Bom, eu desisti de insistir com a administração; eu ingressei com uma ação popular contra o Estado por um ato ilegal das Fazendas por utilizarem a base de cálculo sem autorização legal, ingressei com uma ação popular! Em pouco tempo o pessoal deverá ser notificado sobre essa ação. É isso aí, obrigado.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Muito obrigada pela colocação, acho que foi uma aula aqui para todos, um pouco de história, um pouco mais sobre a questão do ICMS. Tenho certeza também de que o secretário, a secretária também tem pontos a colocar, e já aproveito para colocar uma pergunta, fazendo minha fala final, porque a gente sabe que os vereadores têm outros compromissos. Eu entendo essa necessidade da preocupação, eu entendo a necessidade de a gente trabalhar sério a questão do orçamento. O secretário sabe – eu gosto muito, uma das minhas principais bandeiras foi em cima de a gente conseguir avaliar os custos. A gente vê que tem uma nova lei para o ICMS do Estado que também vai começar a ser implementada a partir das avaliações deste ano, valendo a partir de 2024. Então, são alguns itens que a gente tem colocado sobre essa questão; a gente sabe que só tributar mais, a população

não aguenta mais isso, bem como existe uma situação ótima nesse sentido. Então, esse é um grande desafio para a cidade. Eu coloco aqui, secretário, uma pergunta minha sobre essa questão da perspectiva de impostos para 2023. A gente vê que Porto Alegre... O dinheiro, a gente fala que está na União, mas, muitas vezes Porto Alegre não acessa esse dinheiro que está na União, via algumas secretarias, editais; a gente sabe que muitos vereadores têm amigos que são deputados que conseguem uma verba, conseguem participar de editais; se existe alguma perspectiva no Município, como é que vocês trabalham nesse orçamento de conseguir capturar esse dinheiro que está disponível. Vamos lá, quando a gente entra na Saúde, tem uma verba disponível para o projeto tal na Saúde. A gente sabe isso vai se somando ao bolo, e se existe algum norte, assim, ah, R\$ 10 milhões na Saúde, e a consegue aplicar em editais; cinco na Educação; então, como está essa interface com a União, uma vez que me parece que deve ser um governo que vai concentrar muito na União, e os municípios vão ter que saber fazer essa articulação também para acessar os recursos. E, por último, fazendo a colocação do D' Avila, eu gostaria de entender o quanto do que ele comentou vai mudar de perspectiva na questão da nova partilha que está envolvida na nova lei do ICMS que foi aprovada na Assembleia no ano passado, pela qual diminui até a participação do número de pessoas, e aumenta na questão dos índices educacionais. Então, são essas minhas duas perguntas; agradeço a participação também muito importante, todas as explicações para a gente.

SR. RODRIGO FANTINEL: Primeiro em relação à questão da captação de recursos do governo federal. Acho que a gente tem duas possibilidades, uma é o próprio Executivo, e aí obviamente, como teve uma dança de cadeiras muito forte agora com essa troca de governo, a gente tem que entender quais são os atores e como a gente acessa esses recursos. Ontem nós tivemos – a [Abrarf – Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais](#), da qual sou vice-presidente – uma reunião com o secretário do Tesouro Nacional até para fazer essa aproximação e a gente começar a entender com quem a gente conversa neste momento. A reunião foi bem produtiva, ele se colocou à

disposição para continuar conversando conosco, mas acho que ainda está cedo para a gente entender se a gente vai ter êxito ou não vai ter êxito nessas questões, mas elas são vitais para nós. A gente precisa conseguir captar recursos que estão em Brasília, seja via Congresso, seja via parlamentares da bancada gaúcha ou via Executivo. Isso está no horizonte e a gente tem feito alguns movimentos para entender como vai funcionar neste momento. Em relação à segunda questão, ICMS, a gente teve as alterações nos critérios de partilha, vamos dizer assim, isso reduz a participação do valor adicionado. O adicionado é justamente a base de cálculo para o índice de participação dos Municípios e aumenta a participação do desempenho da educação. A gente conseguiu, articulando antes da aprovação na Assembleia inclusive com o Executivo estadual que a população, que *a priori* seria deixada de lado, ainda fosse contabilizada. Então tem uma fórmula de cálculo meio gigantesca, para quem olha assusta, mas como eu tenho uma formação mais matemática consegui conversar com eles e demonstrar que não se poderia tirar a população, por que tirando a população significa que Porto Alegre tem em torno de 10% da população do Estado do Rio Grande do Sul -, não se pode distribuir recursos desprezando essa questão da população porque as pessoas da Região Metropolitana e do entorno quando precisam acessar a saúde vêm para Porto Alegre, a gente acaba custeando também muitos serviços para outras pessoas que são de outros municípios. A gente conseguiu reverter isso, a população entrou no cálculo, o impacto para Porto Alegre é menor, mas todos os impactos foram calculados a gente neutralizando a variável educação, porque a gente não sabe se Canoas vai melhorar mais que Porto Alegre, se Porto Alegre vai superar Gravataí. Então assim, como a gente não tem como prever como cada município vai se portar em relação à educação, todos os impactos foram calculados neutralizando essa variável, dizendo que todo mundo vai permanecer a educação como está. Qual é o desafio que nós já temos conversado bastante internamente, com a secretária Sônia também: vai ser uma prova – o tal do [Saers](#) – que vai medir o desempenho, e nós vamos precisar evoluir no Saers, porque evoluindo no Saers é mais recursos para o Município. O que eu acho, e aí é uma posição pessoal minha que pode ser equivocada em relação a isso: vamos sair

de Porto Alegre, vamos pegar um município qualquer: o município tem dificuldades na educação, ele piora o índice da educação e vai receber menos recursos do governo do Estado, então vai ficar mais difícil ainda, porque se com recursos é difícil, imagina sem recursos. Então acho eu faço uma crítica a uma parte desta metodologia que foi aprovada pela Assembleia, porque a gente sabe que melhorar a educação com dinheiro é possível, mas não é uma garantia, mas melhorar a educação sem dinheiro, realmente fica muito difícil. Quando se fez essa discussão, tu estás mal, piorou no índice e recebe menos dinheiro, como faz para melhorar? A gente chegou a levantar esses aspectos antes da votação na Assembleia, mas foi aprovado do jeito que foi aprovado, então o nosso desafio agora é melhorar a qualidade da educação no Município para ganhar mais ICMS. Obviamente que a gente tem uma rede de 98, 99 escolas, a dificuldade é uma, para outro município que tem uma escola só a dificuldade é bem diferente da nossa, então essas variáveis têm que ser consideradas, mas o desafio que está posto é esse, a gente precisa melhorar a qualidade da educação para receber mais ICMS. Essa foi uma variável que foi colocada e não tem como tirar desse cenário no momento.

SR. ANTONIO AUGUSTO D'AVILA: Sobre essa questão, eu vejo o seguinte: para os municípios pequenos, para esses micromunicípios é uma facilidade eles alcançarem aqueles índices, agora para uma cidade grande, para uma Porto Alegre, Pelotas, Santa Maria, Canoas, alcançar esses índices... Essa alteração no IPM é terrível, no meu entender, é terrível para Porto Alegre; Alegre Porto Alegre vai perder, eu penso assim, vai perder muito com essa alteração.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Eu coloco aqui, porque o caso de Teresina que nós vimos hoje, com alto grau de educação, é uma cidade quase do tamanho de Porto Alegre. Acho que se fizermos uma força-tarefa e entender que a educação tem que ser prioridade, vira prioridade, e eu falo até em aspectos culturais da nossa cidade de entender que a educação hoje a gente vê os maiores índices de educação e tudo o mais vem do Ceará, vem do Nordeste. E a gente sabe que quando melhora os índices de educação, da educação pública,

umentam os índices da educação privada e a cultura da educação começa a ser latente na cidade. Mas aí acho que entra noutra debate. Mas é um desafio.

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Bom dia a todos. Essa questão das guias do IPTU que foram digitalizadas, coisa e tal, que o secretário falou que foi um sucesso, mas o governo esqueceu de medir o descontentamento dos idosos que tiveram que enfrentar filas, que tiveram que se deslocar até o Centro. Porque, numa análise que a gente faz e todos vão concordar, nem todos têm computador ou nem todos sabem mexer no computador. Toda a novidade é bem-vinda, principalmente quando gera economia. Mas toda novidade tem que ter uma transição e não foi feita essa transição. Então, secretário, só para comunicar, eu apresentei um projeto nesta Casa aqui com base de todo o levantamento que a mídia fez, isso aí foi um sucesso realmente, a Prefeitura está no caminho certo, mas tem que ter uma transição. Então, pareando este meu projeto com o Estatuto do Idoso, para esses idosos a Prefeitura vai ter que voltar a mandar o IPTU até completar essa transição, que eu não sei se ela será completada, porque não é justo que os idosos saiam de casa para ter que ir para uma fila, com chuva ou com sol ou não sei como e ficar um tempo esperando. Eu acho que tem que ter essa transição, eu não sei como, está o projeto bruto para ser emendado, para ser discutido para quem quiser participar. O meu projeto não é definitivo, é uma contribuição que eu quero dar pareando esse projeto com o Estatuto do Idoso. Muito obrigado.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Acho que vale a pena fazer, no âmbito da Comissão, um debate sobre a reforma tributária – e agradeço o convite do secretário. As frentes parlamentares têm muito mais um componente político do que um componente de debate, essa é a verdade. Por exemplo, eu sei que a posição do Ramiro Rosário é contrária à proposta de reforma, eu já o ouvi falando sobre isso. Na verdade, eu o ouvi falando, inclusive com dados que eu considero incorretos, mas já tomou uma posição e lançou uma frente. Então eu acho que a Comissão não pode abrir mão desse debate. Eu queria sugerir para que a gente faça um debate com convidados, queria, inclusive apresentar uma

proposta de fazer, pode ser no âmbito da Comissão, no horário da Comissão, ou na parte da tarde aí a gente teria que ver com quem que a gente pode contar, mas convidar o Sérgio Wulff Gobetti, o secretário deve conhecer, ele é um estudioso e pesquisador da questão tributária. Eu acho que é um dos mais competentes do Brasil, independentemente de concordar ou não com as posições ele, é um estudioso desse tema há muito tempo. Acho que vale a pena a Comissão debater o assunto, se o secretário... Eu quero poupar também o secretário em muitos momentos, em termos de ocupar o seu tempo.

SR. RODRIGO FANTINEL: Esse eu quero. Quero me auto-convidar aqui.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Que maravilha! Muito bom, muito bom mesmo, para a gente poder fazer um debate de nível sobre o tema da reforma tributária no âmbito da Comissão, se o secretário gosta da ideia, melhor ainda.

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PTB): Corroborando com a fala que o vereador fez, sobre as frentes parlamentares desta Casa. Eu sou vereador há 24 anos, já fiz seis mandatos, e agora nessa tragédia que teve com o companheiro aí, eu retornei por mais dois anos e meio. A frente parlamentar aqui foi banalizada e está esvaziando as Comissões. Tem vereador – quero deixar claro que eu não sou sensor e nem corregedor – com dez frentes parlamentares, não consegue atender uma. Tem vereador, ontem veio de falar comigo, que tem oito frentes parlamentares. Então eu apresentei dois projetos nesta Casa, quem quiser assinar, depois vou passar: um, limitando as frentes parlamentares em duas por ano para cada vereador.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Isso virou uma coisa que não dá, cara. Nós temos muitos vereadores federais, e eu já disse isso em plenário ontem. Isso é uma homenagem que eu faço ao ex-vereador Brasinha que criou esta

frase, nós estamos cheios de problemas em Porto Alegre, inclusive disse ontem, falem mal do Melo que nós vamos discutir isso. Agora, não dá para a Câmara passar a sessão – até agora, em dois meses, onde só tinha um projeto para ser votado na Casa e tem um monte de projeto – votando moção. Então, também apresentei um Projeto de Resolução que cada vereador apresente duas moções apenas por ano. Não dá mais, eu não quero cortar ninguém, cada um tem o seu mandato, é que todo mundo faz isso para sua bolha e não se dá conta que ele só está trabalhando para sua bolha. E a gente tem experiência, não é, Ver. Airto Ferronato, estamos desde 1989, naquele tempo tinha ofício, hoje a gente manda um e-mail. Nós e os outros vereadores temos que estar em 10 frentes parlamentares quando nós não temos tempo nem para atender os eleitores, as reuniões e muito menos a comissão. Isso está, inclusive, esvaziando as condições. Muito obrigado.

SR. ANTÔNIO AUGUSTO D'AVILA: Sobre a questão do Gobetti, queria dizer que ele tem algumas posições que, a meu ver, são equivocadas em relação aos serviços, equivocadas.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): A gente vai buscar, a Comissão é bem eclética, tem umas três, quatro pessoas para falar.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Bom dia, eu quero cumprimenta-los e cumprimentá-las e faço questão de reforçar o “las” porque eu me sinto mal quando vocês me tratam como senhor, primeiro, para registrar isso, me choca no meu ouvido, especialmente na véspera do Dia Internacional da Mulher. E veja bem, eu estou bem aqui Ver.^a Mari, mas eu confesso que eu gostaria de estar lá na PUC neste momento. Está acontecendo, na PUC, a conferência do Plano Diretor, hoje, amanhã e depois de amanhã, são ruins essas datas para nós. Enfim, eu soube, pela minha assessoria, de que a Diretoria de Planejamento do Município fez uma homenagem às mulheres lá com uma frase, em letras grandes, no painel plagiada de mim, Ver. Robaina; o Melo me plagiou. A frase estampada em homenagem, “uma cidade feita para as mulheres é feita para

todos”, eu uso desde a minha campanha eleitoral e continua usando porque é uma questão de concepção, eu quero uma Porto Alegre boa para as mulheres, é uma cidade boa para todas as pessoas. Tenho, inclusive, adesivo com a frase e vamos distribuir aqui. E quando eu discuto, Ver.^a Mari Pimentel, o orçamento, quer dizer, tudo que a gente vem debatendo, apresentando de críticas ou apresentando proposições de soluções, passa pelo orçamento, não de jeito. Não se faz política sem orçamento, especialmente quando se trata de políticas públicas de inclusão social. Então, quando eu vejo aqui os dados que vocês nos apresentam de arrecadação, inclusive neste recorte que você faz, Ver.^a Cris, o quanto que subiu quando vocês apresentam o Refis, por exemplo, como a arrecadação é bem maior, chama a atenção, ela é muito maior. Ou seja, a minha conclusão, o povo é muito honesto, quando se consegue apresentar uma forma em que ele consegue pagar, ele paga, ele paga, é muito honesto. Eu tenho certeza que esta proposta que Ver. Robaina apresenta, e eu assino embaixo, é ótima, porque, quando observamos esta lista, não é o povo lá do bairro, nós vamos ver quem são os grandes devedores, nós vamos ver, identificar que não é. Eu acho que é bacana que a gente consiga ter acesso a esses dados. Eu volto a dizer, quando você apresenta, secretário, este debate sobre a educação, e é isso mesmo, concordo, quanto melhor, melhor. É isso. Quanto mais tu investes na educação mais tu consegues arrecadar. No entanto, Porto Alegre tem um déficit muito grande com a educação. Muito. É gigante D’Avila. Quando a gente vê que as mulheres não conseguem voltar a trabalhar, ou acessar o mercado de trabalho, porque não tem onde deixar seus filhos. Não tem. Porque o déficit de creche é gigante, é aviltante. É aviltante. Como é que uma cidade como Porto Alegre, que mais da metade da sua população é mulher, e essas mulheres não conseguem estar no mercado de trabalho, porque não têm onde deixar os filhos, vai se desenvolver. Como que vai se desenvolver sem as mulheres no mercado de trabalho gente?! Eu quero entender esta mágica. Não tem. Então a Prefeitura está abrindo mão do desenvolvimento; está abrindo mão de fazer o capital girar. Como é que ele gira gente? Eu apresentei aqui, falando, Ver. Bosco, uma frente parlamentar sobre a economia de cuidados. Eu quero que você participe, eu quero que esta comissão toda participe dessa frente parlamentar.

D'Avila, eu concordo com tudo que você falou aqui. A economia de cuidados, que hoje é um debate no mundo todo, nos Estados Unidos eles chamam de infraestrutura de cuidados, em Bogotá, até onde eu estudei, é onde está mais avançado esse debate da economia de cuidados, e nós estamos deixando de fazer girar essa economia quando a gente abre mão dos cuidados, e esse cuidado é feito, e é sem remuneração, e, no geral, pelas mulheres. Bora dar conta de cuidar dos idosos. Não é? Das crianças. E aí equipamentos sociais que deem conta disso.

Então eu queria fazer esse registro. Eu acho que quando nós formos para debater a reforma tributária, vereadora presidente da nossa comissão, eu acho que também novos elementos aqui virão, mas eu quero concluir dizendo a vocês que eu não vou abrir mão de fazer esse debate de uma cidade que, de verdade, olhe para um orçamento com um recorte de gênero, porque é isso; uma cidade quando é boa para as mulheres é boa para todo mundo. Obrigada.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Eu quero dizer – tu falaste da reforma – vamos deixar para conversar semana que vem. Quero te cumprimentar por isso. Primeiro, nós, aqui na comissão, precisamos, e seria positivo, primeiro uma reunião com as secretarias envolvidas, a começar pela Fazenda, sobre a questão das creches. Que custo teria isso, onde buscar, porque está efetivamente bastante complicado para Porto Alegre, para as mães, para as famílias e para as crianças. A segunda questão é a questão do índice de participação dos municípios, que eu acredito, D'Avila, que nós precisamos fazer uma reunião aqui na comissão para tratar do porquê e como aconteceu, porque nós, há 20 anos, tínhamos 12% de participação e, hoje, esse índice está bastante menor. A terceira questão, que também é fundamental para a nossa comissão, é exatamente a questão da reforma tributária, porque, eu não ia falar sobre isso, repito, mas a frente parlamentar não tem as características da nossa comissão de finanças, porque é aqui que nós precisamos discutir, porque na frente parlamentar, com quase 70 frentes, Bosco, que temos hoje, se todos nós e toda a nossa assessoria formos participar de cada frente, não daria, não teríamos

tempo. Portanto são três as questões importantes para nós discutirmos aqui. Desejar aquele abraço a todos e todas.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Tendo em vista o adiantado da hora, eu gostaria de deixar registrado que nós vamos estar então debatendo, cada um dos vereadores, para a gente buscar essas agendas para essas novas sugestões. A gente sempre busca conversar com todos. Gostaria de agradecer ao secretário Rodrigo, à secretária Cris, também ao nosso grande palestrante D'Avila que trouxe alguns pontos para gente considerar agora nas análises, agradecer ao pessoal da Fazenda que está aqui presente também e a todo mundo que nos acompanha. Tivemos quórum completo aqui dos vereadores. É importante isso para a comissão. E quero reforçar que nós vamos trazer os temas mais importantes da cidade aqui na comissão, tendo todo esse amplo aspecto do debate, de todos os pontos de vista, eu acho que cresce Porto Alegre, cresce a comissão, a CEFOR também. Obrigada, novamente, pela presença de todos. Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos da presente reunião.

(Encerra-se a reunião às 11h26min.)